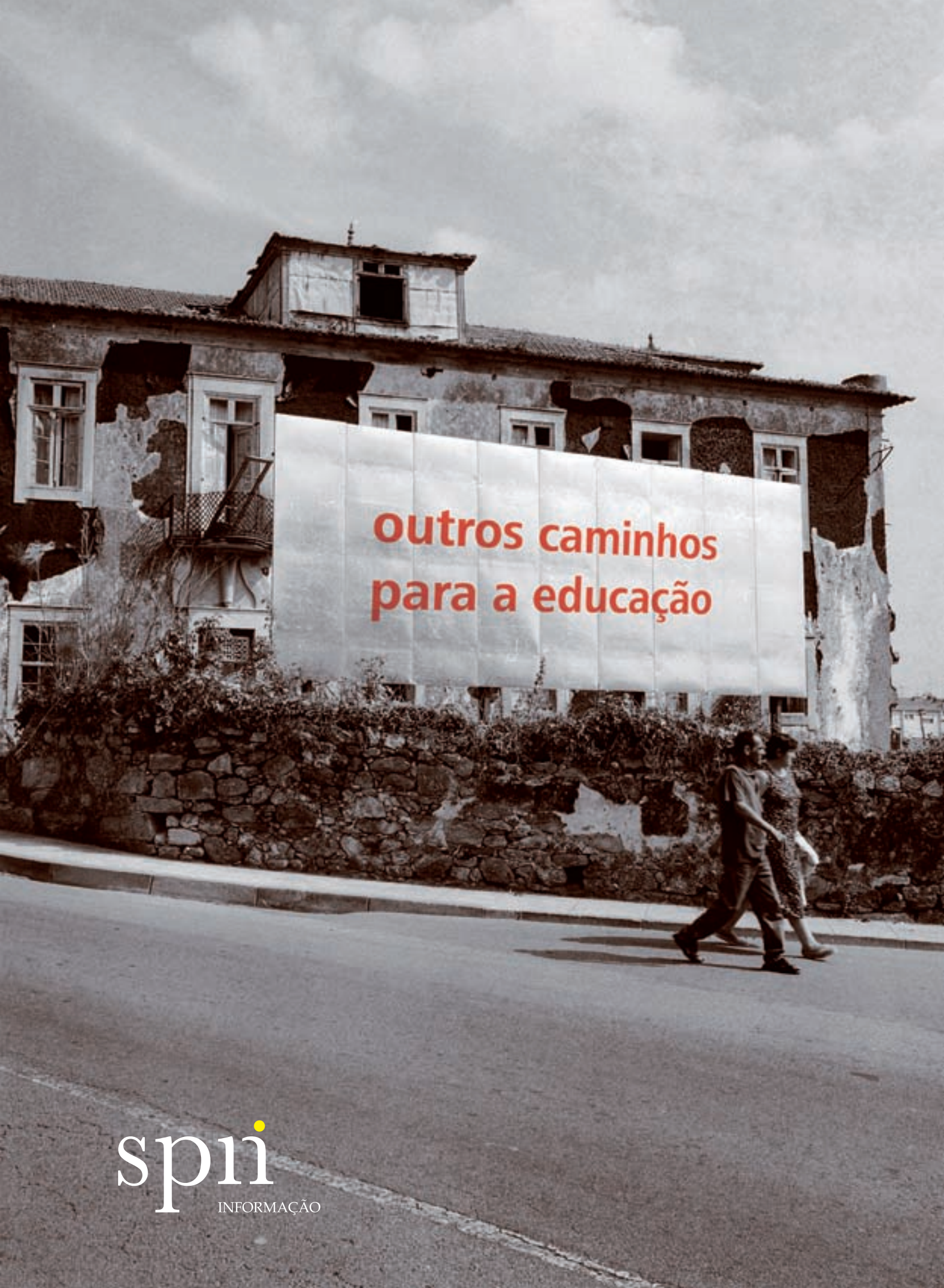
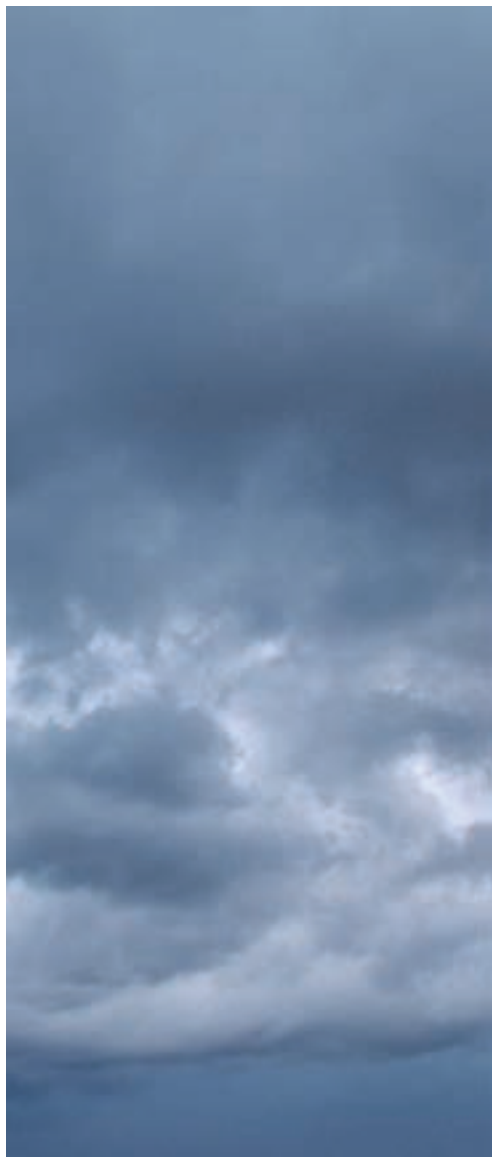




**outros caminhos
para a educação**

AS NOTÍCIAS DO CLIMA



Por estes dias vamos percebendo que as notícias não são boas.

O clima mundial é foco de discussão em Copenhaga e os principais pontos de conflito mantêm-se: as novas metas de redução de emissões de CO₂. Entre os países desenvolvidos e outros que querem desenvolver-se não há acordo... E vão-se arranjando formas de comprar “cotas” de emissão!

O estado do clima das escolas, após o conhecimento dos resultados da avaliação de desempenho dos docentes, é de grande tensão e conflito (por vezes camuflado... vem aí novo período de avaliação...).

O clima de escola, que pode ser considerado como o resultado de diversas interações, tem, neste momento particular da história de cada escola, uma influência predominante das reacções e comportamentos dos docentes face às suas convicções e expectativas relativamente ao processo de avaliação.

Este momento, que foi e está a ser vivido com particular dificuldade em algumas escolas, pode (e deve) assumir-se como um momento de ponderação, reflexão sobre a Escola Pública que queremos.

Para o clima de escola convergem diversas dimensões. Algumas das variáveis determinantes sofreram, na última legislatura, variações significativas em resultado das acções legislativas que, a diversos níveis, alteraram o clima de escola:

a estrutura da escola – o aparecimento, por imposição, de uma hierarquia, com uma distinção de tarefas não legitimada nas escolas...

os processos organizacionais – os estilos de gestão empresarial que foram lançados no campo educativo, os modos de comunicação dentro das escolas, cada vez menos democráticos...

as variáveis comportamentais – sendo de ordem individual, foram induzidas a traduzir-se colectivamente em competição e individualização crescente do trabalho...

Considerando que para a identificação do clima de uma organização é determinante o tipo de direcção, também neste aspecto as alterações introduzidas trouxeram às escolas momentos particularmente sensíveis no que diz respeito às opções tomadas.

Sabendo-se que o “clima é um elemento estável no tempo e evolui muito lentamente”, percebe-se que só alterações importantes nos elementos fundadores da Escola poderiam ter o efeito que hoje podemos percepcionar. Por outro lado, este clima só poderá transformar-se com novas e profundas alterações nas diversas dimensões do sistema. ▶

Anabela Sousa
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Fotografia da capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

JUNTOS VAMOS CONSEGUIR

Erguer a cabeça, ultrapassar as adversidades, olhar em frente e saber construir o futuro, é apanágio dos grandes, dos fortes, dos que acreditam nas suas próprias forças. Assim são os professores e educadores portugueses e as forças sindicais que, efectivamente, os representam.

Este enunciado, que até pode parecer algo despropositado, emerge, no entanto, do momento político-sindical que atravessamos, de uma fase que se pode revelar como absolutamente decisiva para aquilatarmos da disponibilidade real dos novos responsáveis pela Educação para corrigirem o rumo das nefastas políticas educativas dos que os antecederam e repararem todos os malefícios introduzidos na carreira docente.

A verdade, há que reconhecê-lo, é que o actual clima negocial está a anos-luz do que se registava com a outra senhora que passou pelos corredores do poder na Av. 5 de Outubro. Pelo menos, agora parece existir uma real preocupação em entender as propostas sindicais, perceber o que visam, porque aparecem daquela forma e não de outra, as consequências que acarretam, a sustentação que têm e, em última análise, os contornos concretos da sua formulação.

Se esta postura é de realçar, importa dizer que, tratando-se de matérias tão sensíveis como estrutura da carreira, futuro modelo de avaliação do desempenho docente, e respectivas medidas transitórias, não se vislumbra, na altura em que se escreve, a possibilidade de um acordo entre o Ministério da Educação (ME) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Se não se descarta completamente essa possibilidade, também não se deve deixar de registar que as margens de afastamento ainda são significativas.

Por exemplo, é de registar positivamente a intenção expressa da equipa de Isabel Alçada em acabar com a iníqua divisão da carreira docente em duas categorias distintas, que tinham tanto de espúrio como de ignorância bacoca do que é a profissão docente. Mas não podemos ignorar que as formulações concretas que foram aparecendo para a nova estrutura de carreira contêm constrangimentos administrativos à progressão dos professores e educadores até ao topo da carreira única que são inaceitáveis por parte destes, a manterem-se as propostas que, ainda que com nuances, foram apresentadas até agora.

Por tudo isto, não é de prever que a data apontada na metodologia negocial do ME para a assinatura de um possível acordo (30 de Dezembro) corresponda a um efectivo entendimento entre as partes. O que, a acontecer, nada terá de dramático, nem deverá desencorajar a Fenprof de continuar a bater-se, neste e noutros domínios, pelo que resulte a favor da Escola Pública e dos interesses socioprofissionais daqueles que representa. ▶

Abel Macedo,
coordenador do SPN



Números fornecidos pelo ME confirmam situação insustentável

No âmbito do processo negocial que está a decorrer, relativo à estrutura da carreira docente e à avaliação do desempenho, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) solicitou ao Ministério da Educação (ME) informação quantitativa relativamente aos docentes no sistema público de educação e ensino.

Na sequência desse pedido, na reunião seguinte ficámos a saber que são 114.970 os docentes integrados nos quadros, bem como qual a sua distribuição por escalões e pelas (ainda) categorias de 'professor' e 'professor titular'.

Mas a Fenprof pretendia, evidentemente, conhecer o melhor possível toda a realidade docente da Escola Pública, pelo que reiterou a solicitação também dos números relativos aos docentes contratados no sistema, pedido a que o ME também correspondeu, tendo o novo director-geral dos Recursos Humanos da Educação enviado um quadro com os mesmos no passado dia 18 de Dezembro [desde já, há que o dizer, louvem-se a atitude e a transparência, tão, mas tão diferentes face ao passado recente...]

Não se pense que os problemas são sentidos apenas pelos próprios. É irrealista pensar que a precariedade e a instabilidade não se reflectem também nas escolas, com repercussões ao nível do desenvolvimento dos seus projectos educativos.

*José Manuel Costa,
Direcção do SPN*

Milhares na corda-bamba

Mas vamos, então, aos números. Segundo os dados fornecidos, os docentes contratados nas necessidades transitórias, com efeitos a 1 de Setembro de 2009 (só contratos anuais em horário completos), foram 15.056, relevando o número elevado de colocações nos grupos de recrutamento 230-Matemática e Ciências da Natureza do 2º Ciclo, 500-Matemática, 510-Física e Química, 520-Biologia e Geologia e 620-Educação Física, todos do 3º Ciclo e Secundário, em que o número de contratados rondou ou ultrapassou mesmo o milhar (1.479 em Matemática do Secundário).

Com as colocações que, entretanto, têm vindo a ter lugar, quer através da bolsa de recrutamento, quer por contratação de escola, chegamos aos 23.318. Neste caso, o maior número de contratações dá-se no 1º Ciclo (2.130), mas sobressaindo também as 1.922 de Matemática e as 1.694 de Informática.

O ME informou, ainda, haver 1.160 docentes colocados no desenvolvimento de projectos e cerca de 3 mil de Técnicas Especiais (TE).

Ora, porque o quadro recebido não é absolutamente inequívoco, no momento em que escrevemos, ainda não sabemos se aquele número de 23.318 já inclui os 15.056 colocados a 1 de Setembro, bem como os docentes em desenvolvimento de projectos e os de TE ou se os quatro números são para adicionar.

Se forem números para adicionar, tal significa que a Escola Pública usa – e abusa de – 42.501 docentes contratados, num total de mais de 157 mil docentes, o que equivaleria a dizer que 27% dos professores seriam contratados!





foto AA

Se o total for de “apenas” 23.318, ainda assim estaremos perante uma percentagem de 17% de contratados, ou, dito de outra forma, 1 professor em cada 6 é contratado. Se nos lembrarmos que ser contratado é sempre sinónimo de precariedade, instabilidade e de incerteza quanto ao futuro, como também o é de impossibilidade de aumento de índice salarial e que, tantas vezes, a situação acaba por alternar com a de desempregado, fica clara a injustiça de uma tal situação, sobretudo por, em face de tais números, não ser, como deveria, uma situação meramente residual. E não se pense que os problemas causados são apenas sentidos pelos próprios, pois seria irrealista pensar que tal precariedade e instabilidade não se reflecte também nas próprias escolas, impedidas de contar com um quadro de pessoal mais estável, mais permanente, com as consequentes repercussões ao nível do desenvolvimento dos seus projectos educativos.

Números confirmam justeza das posições da Fenprof

Quanto aos números em si, embora muito maus, não se pode dizer que a informação agora recebida tenha constituído uma surpresa. Ora, sendo a situação como é, ainda que a responsabilidade pela mesma caiba a outras equipas que têm vindo a tutelar a Educação, é grande a responsabilidade da actual equipa na 5 de Outubro na procura de soluções, sabendo os seus responsáveis que podem sempre contar com o apoio e as propostas do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Fenprof nessa procura.

É que esta realidade só é como é porque o último concurso nacional, que teve lugar após dois anos sem concurso e milhares de aposentações, determinou a entrada de apenas 396 docentes nos quadros. Por outro lado, foi um concurso ao abrigo de regras que negaram a possibilidade de concorrer aos docentes (ainda) titulares, bem como aos portadores de habilitação própria – e depois contratam-se 1.694 docentes para Informática, área em que há um claro défice de docentes profissionalizados...

Esta é, pois, uma realidade que mostra bem a pertinência e justeza das posições e propostas que a Fenprof tem assumido: seja quanto aos critérios para abertura de lugares de quadro, que têm que responder, efectivamente, às necessidades reais das escolas e permitir-lhes a prossecução dos seus projectos próprios e a busca do sucesso educativo; seja quanto à própria legislação, que deve permitir a candidatura de todos os docentes legalmente habilitados para a docência [mais alterações devem ser feitas, designadamente eliminar a inclusão da avaliação do desempenho nos critérios de graduação]; seja, ainda, mas extremamente importante, quanto à necessidade de realização de novo concurso já em 2010, para que a resolução de um problema de enorme impacto nas escolas e na vida dos docentes não tenha que esperar anos, quando caminhos mais correctos podem e devem começar já ser trilhados! ▶



foto AA

Propostas concretas precisam-se!

O Ministério da Educação afirma que os professores avaliados com “Bom” chegarão ao topo de carreira. Falta perceber, contudo, como pretende superar as “grandes dificuldades” que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) identificou em sede negocial.

“No conjunto estrutura da carreira / avaliação de desempenho foram identificadas, em sede negocial, três ‘grandes dificuldades’: prova de ingresso; quotas na avaliação; contingentação por vagas. Dificuldades que, a não serem superadas, inviabilizarão a construção do consenso indispensável para que, no final deste processo, exista um acordo. Acordo que, a existir, será sempre global, integrando os dois aspectos em negociação, e nunca segmentado”, destaca a nota de imprensa do Secretariado Nacional da Fenprof, emitido após a reunião de 16 de Dezembro com o ME.

Neste encontro, em que se aprofundou o debate sobre o indispensável robustecimento da dimensão formativa da avaliação de desempenho, “a Fenprof foi clara ao reafirmar a exigência de eliminação da prova de ingresso e a recusa de quaisquer mecanismos administrativos (quotas ou vagas) que estrangulem a carreira, impedindo a progressão dos professores”.

Aliás, foi neste contexto que o Ministério da Educação, pela voz do secretário de Estado Adjunto, garantiu que todos os docentes avaliados com a menção de “Bom” atingiriam o topo da carreira, admitindo, apenas, que, estabelecido o ritmo médio de progressão, existam dispositivos que permitam acelerar ou diminuir esse ritmo. Ou seja, as partes trabalharão em sede negocial para impedir um sistema que leve à criação de qualquer tipo de “guetização” em determinados patamares da carreira.



foto AR

Nova proposta sobre transição entre modelos

“Se a Fenprof acompanha esta declaração de princípios, já em relação à forma de os concretizar não pode emitir qualquer pronunciamento, pois o ME não apresentou nenhuma proposta, o que se espera venha a acontecer na reunião do dia 23. Ou seja, a existência de qualquer acordo exigirá sempre, previamente, um conhecimento preciso das propostas concretas do Ministério da Educação, sendo insuficientes as declarações de princípios”, realça o comunicado sindical.

Na reunião, a Federação insistiu na necessidade de serem alterados diversos aspectos da proposta ministerial sobre avaliação de desempenho, no sentido de reforçar a sua componente formativa, afastando-se, definitivamente, das lógicas burocráticas que marcam o modelo que ainda vigora.

No final, o ME entregou uma nova proposta sobre transição entre modelos (de estrutura e de avaliação de desempenho) que, merecendo uma apreciação mais aprofundada por parte da Fenprof e dos seus sindicatos, merece igualmente, e desde já, sérias reservas quando, acabando com a divisão da carreira em categorias, prevê instituir formas diferentes de transição, bem como reafirma alguns dos dispositivos mais negativos que constam no Decreto-Lei 270/2009, de 30 de Setembro, referentes à progressão na carreira. Em suma, disposições que pouco contribuem para o consenso...

A delegação da Fenprof, dirigida pelo secretário-geral, Mário Nogueira, integrava dirigentes dos diferentes sindicatos, incluindo o coordenador do Sindicato dos Professores do Norte, Abel Macedo. ▶

SPN reuniu com nova DREN

No dia 27 de Novembro, uma delegação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu com o novo Director Regional de Educação do Norte e os dois Directores Regionais Adjuntos. Esta reunião realizou-se por iniciativa do Director Regional, que, no convite enviado à Direcção do SPN, manifestou interesse em auscultar as preocupações do sindicato relativamente à educação na Região Norte, visando estabelecer uma metodologia de trabalho que possa contribuir para a melhoria da qualidade do serviço público de Educação.

Os dirigentes do SPN, fazendo um balanço muito negativo das políticas educativas levadas a cabo nos últimos quatro anos, sublinharam a necessidade de restituir alguma tranquilidade às escolas e de dar aos educadores e professores condições mínimas de trabalho. Neste sentido, o sindicato denunciou situações de incumprimento do que está legislado relativamente aos horários de trabalho, por parte de várias escolas, e reafirmou a necessidade de uniformizar procedimentos relativamente à avaliação de desempenho, garantindo a avaliação de todos os docentes no final do 1º ciclo – independentemente de terem ou não entregado proposta de objectivos individuais – e suspendendo o que está previsto para o 2º ciclo.

Na reunião foram ainda abordadas outras questões, nomeadamente as que se prendem com a colocação de professores e com as actividades de enriquecimento curricular (AEC), tendo a DREN assumido que intervirá sempre que tiver conhecimento de situações ilegais ou irregulares.

As duas partes reconheceram que há problemas que não estão no âmbito de resolução da DREN, que é um órgão desconcentrado do ME, ao qual compete cumprir e fazer cumprir as orientações definidas centralmente. No entanto, relativamente às competências atribuídas à Direcção Regional, as duas partes comprometeram-se a colaborar na prevenção e na resolução dos (muitos) problemas que afectam a vida das escolas e dos educadores e professores do Norte.▶

Assim vai a actividade sindical...

Face à redução drástica de créditos horários aos seus dirigentes para trabalho sindical, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) deitou mãos à obra no sentido de alterar modos de trabalhar. Uma das decisões foi reservar o atendimento apenas a sócios, algo que há anos vinha sendo evitado, mas que se revelou imperioso – e, regra geral, foi bem aceite por sócios e não sócios.

Entretanto, e para além do atendimento permanente (telefónico, presencial, electrónico), os poucos dirigentes com redução da componente lectiva têm:

- feito visitas às maiores escolas, actualizando informação, partilhando dificuldades/problemas e alertando para a importância de os professores estarem atentos ao site do SPN (www.spn.pt);
- promovido encontros concelhios de dirigentes, delegados sindicais e activistas, com objectivos claros: conhecer e dar a conhecer todos os dirigentes e delegados; explicar e debater a situação político-sindical; recolher contributos para a organização do trabalho sindical; organizar eleições de delegados;
- realizado reuniões com diversas Câmaras, no sentido de conhecer, partilhar e ajudar a resolver problemas relativos à Educação Pré-Escolar e ao 1º Ciclo;
- participado em encontros de discussão das diversas problemáticas que envolvem a Escola e os professores, na busca de melhores soluções.

Estamos, no entanto, conscientes de que muito há a fazer e de que o actual contexto (difícil) exige mais de nós.

Por isso, todos (dirigentes, delegados, activistas) somos chamados a participar, sob pena de deixarmos o futuro passar-nos ao lado. Por isso, contamos com todos, sócios e educadores/professores em geral, no sentido da construção de um futuro profissional que queremos melhor. ▶

Maria José Silva,
Direcção Distrital do Porto

AEC: prepotência, intimidação e ilegalidade

Nas escolas, o quadro criado não poderia ser mais desesperante. Nuns casos, de tão pouco aliciante que é, ainda não foi possível implementar completamente o programa. Noutros, as actividades acontecem quando é possível, no início, no meio ou no final do dia, após ou entre as actividades curriculares, pelo que a questão da elaboração do horário escolar deixou de ter uma preocupação pedagógica, assumindo a sua vertente ocupacional, vista em função da disponibilidade dos responsáveis das tais actividades ditas de enriquecimento. Quanto aos espaços, a solução encontrada pelo Ministério da Educação (ME) foi fácil – acontecem onde for possível, na escola ou noutro lugar qualquer, que o espaço e as condições não são importantes, nem que seja em contentores.

Entregues fundamentalmente às autarquias, que, em muitos casos, subcontratam empresas gestoras, as AEC têm sobrevivido à custa da exploração de mão-de-obra qualificada, asseguradas esmagadoramente por profissionais com habilitação profissional para a docência e em condições de extrema precariedade, num total desrespeito pela dignidade de quem as assegura, consoante o município em causa, com o ME a financiar e a estabelecer regras que impunemente algumas entidades promotoras teimam em não cumprir, demitindo-se o ministério da sua função reguladora e fiscalizadora.

Serviço à vontade do... patrão!

Efectivamente, parece pouco adiantar que em diploma legal se estabeleça, por exemplo, que a contratação destes profissionais deve ser feita através de contrato a termo resolutivo, figura já de si conflagradora no que toca à estabilidade docente, que a opção de muitas entidades promotoras continua a ser a de prestação de serviços, recorrendo ao pagamento através de “recibos verdes”. Outro exemplo: parece de pouca relevância que o mesmo diploma estabeleça os índices de vencimento, porque o que a prática dita é que cada um recebe o pouco que estiver disposto a receber.

A este cenário de ilegalidade, juntam-se as condições materiais em que estes professores exercem as suas funções. Não lhes basta exercer a actividade usufruindo uma remuneração de miséria, díspar consoante o município pagador, como não lhes é atribuído qualquer valor remuneratório para as deslocações, num quadro de grande mobilidade, pois a grande maioria trabalha em várias escolas, algumas a distâncias bastantes significativas. Compensação pelas horas que necessariamente são gastas para a preparação das actividades ou para as reuniões de planificação e articulação das mesmas com as actividades curriculares, também não há. Para completar o quadro, não raramente, estes professores têm de pagar do seu bolso o material utilizado no desenvolvimento das actividades, já que recursos e equipamentos essenciais às mesmas, são coisa que escasseia na grande maioria das escolas do 1º Ciclo.

Diz o povo que o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Vem o dito a propósito das actividades de enriquecimento curricular (AEC), cujo presságio parece ser o de ficar cada vez mais torto. A roçar a selvajaria, a implementação destas actividades, apresentadas como um programa inovador e decisivo para a melhoria da qualidade da escola pública – uma das bandeiras emblemáticas do anterior Governo na área da Educação – revelou-se um amontoado de problemas e lançou a confusão generalizada nas escolas, onde tudo é possível e a única regra parece ser a de não haver regras.



foto AR

Para além dos baixos salários, das muitas deslocações que fazem, e de muitos se encontrarem numa situação de prestação de serviço, estes docentes são dispensados sempre que há interrupção lectiva, não têm direito a subsídio de desemprego, de férias ou de Natal, naquilo a que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) já chamou “o grau zero da estabilidade docente”. Ou seja, estamos perante um intolerável aproveitamento do trabalho destes profissionais que, na maioria, apenas auferem o parco vencimento correspondente ao tempo que passam com as crianças, ignorando-se, por completo, todas as condições para que as actividades aconteçam.

Tal situação só é possível porque as entidades promotoras se aproveitam desse flagelo social chamado desemprego. Esta é a razão pela qual o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) toma em mãos a presente denúncia, uma vez que encontrar alguém que se disponha a falar abertamente sobre este assunto, é tarefa quase impossível. Chega a ser impressionante a quantidade de denúncias, anónimas, junto do sindicato, da chantagem exercida sobre estes jovens professores que vivem, assim, um clima de constante intimidação, em que não lhes são reconhecidos quaisquer direitos, apenas deveres, e onde regulação e fiscalização do comportamento das entidades promotoras parecem não interessar a ninguém.

Está instalada a velha política *tás caladinho, ou já sabes o que te acontece*. Assim se caracteriza a acção governativa que desvaloriza a Escola Pública, degrada a profissão docente e liberaliza a educação e o ensino, num triste retrato da realidade educativa deste país de 35 anos de Abril.

As exigências do SPN

Defensor da ideia de que à escola do 1º CEB deve estar associada uma resposta social pública e de qualidade, indispensável aos alunos e às famílias, o SPN preconiza, no entanto, um outro modelo que parte da clarificação do que é actividade curricular e ocupação de tempos livres. Não é, pois, com mais *escola*, igual à *escola*, nos mesmos espaços *escolares*, que se constrói a Escola a tempo inteiro. Quando muito, este modelo de AEC promove a política do tempo inteiro na escola. Esperemos que a actual equipa ministerial entenda repensar tudo isto e acabar de vez com este modelo, promovendo um outro que sirva as crianças e as famílias. Contudo, enquanto o actual modelo permanecer, há um vasto conjunto de problemas cuja solução importa dirimir. Desde logo, a reposição da legalidade, colocando fim ao recurso a recibos verdes como forma de contratação dos docentes. Depois, importa melhorar as condições de trabalho destes profissionais, através do pagamento das deslocações entre escolas, assim como a consideração das horas de reunião e para planificações como tempo de trabalho, logo remunerado. Finalmente, para além da promoção de uma remuneração condizente com as elevadas qualificações destes professores, há que acabar com a disparidade dos vencimentos consoante os municípios. Estas são, de resto, preocupações expressas na *Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses*, um documento da Fenprof para esta legislatura, onde se exige “uma profunda transformação das chamadas Actividades de Enriquecimento Curricular por forma a:

- (i) pôr fim à sobreposição de componentes do currículo do 1ºCEB e daquelas actividades,
- (ii) garantir que a iniciação a uma língua estrangeira integre o currículo,
- (iii) assegurar uma resposta social de ocupação dos tempos livres que inclua uma forte componente lúdica e
- (iv) determinar que a selecção, colocação e remuneração dos docentes em exercício nesta resposta social respeite regras universais semelhantes às aplicáveis a todos os outros docentes”.

Consciente da situação desesperante em que vivem estes professores, o SPN tudo fará junto da actual equipa ministerial, da Assembleia da República, dos elencos camarários e da comissão de acompanhamento do projecto, no sentido de alterar este indescritível modelo e substituí-lo por um outro que assente na dignidade profissional e promova uma efectiva resposta social. ■

Rogério Ribeiro,
Direcção do SPN

IE/Europa e CSEE mantêm estatutos

Foram mais de 300 docentes e trabalhadores da educação que, provenientes de 46 países europeus, se reuniram em Varsóvia, entre 23 e 25 de Novembro, no âmbito da Conferência Regional da Internacional da Educação (IE) e da Assembleia-Geral do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

Uma das decisões mais importantes e aquela que gerou o debate mais participado e acalorado foi a de manter os estatutos da IE-Europa e da CSEE na sua forma actual. Com efeito, a proposta de *Resolução 3* não alcançou os dois terços de votos necessários para que a “unificação” da direcção política e a criação de um secretariado único para as actividades da IE e da CSEE na Europa se concretizasse. A votação foi de 2002 a favor da resolução (64,8%), 884 contra – posição da Fenprof, que dispunha de 19 votos – e 201 abstenções.

Vale a pena referir que as organizações portuguesas participantes (Fenprof, Fne e Sindep) dispunham no conjunto de 43 votos e que os sindicatos do Reino Unido dispunham de 817. Caso a resolução viesse a ser aprovada, a CSEE – que manteria a designação – transformar-se-ia numa “secção europeia” da IE, passando a ter um director-geral nomeado pela estrutura central, perdendo larga margem de autonomia.

Uma das resoluções aprovadas apela aos sindicatos da educação de toda Europa para mostrarem maior resistência aos cortes no financiamento quer da educação, quer dos outros serviços públicos, apelando mesmo a um maior investimento público no ensino, em particular nos docentes e nos outros trabalhadores da educação.

Chipre e Turquia sob protesto



Das outras resoluções aprovadas, com carácter de urgência, uma refere-se à situação vivida no Chipre, onde os sindicatos chipriotas-turcos organizaram uma greve geral, protestando contra uma nova lei que impõe, entre outras medidas, a eliminação da negociação colectiva e cortes salariais, fazendo depender a progressão na carreira da filiação política. Outra, aprovada por unanimidade, condena as medidas repressivas do governo turco contra os 31 activistas da minoria étnica curda, 27 dos quais sindicalistas docentes. O vice-presidente da IE, Jerry Bartlett, que integrou uma delegação presente no julgamento desses dirigentes sindicais – alguns estiveram em prisão preventiva durante cerca de nove meses –, assinalou o facto de a detenção ter resultado de meses de escutas telefónicas e de vigilância do correio electrónico, não tendo sido apresentada qualquer prova em abono da acusação de pertencerem a uma organização ilegal, o que tornaria possível pesadas penas de cadeia. Salientou, ainda, a integridade e convicção dos docentes julgados, comprometidos com a defesa de uma educação pública, laica e de qualidade para todos, bem como do direito a uma educação na língua materna, não só para os curdos, mas para todas as minorias étnicas. Odile Cordelier, que também integrou a delegação, apelou ao envio de tomadas de posição exigindo às autoridades turcas o fim da repressão contra os sindicalistas e o respeito pelos convénios e direitos internacionais do trabalho, incluindo o direito à negociação colectiva.■

Henrique Borges
Direcção do SPN

Aminetu regressou, mas a luta saharauí continua

“Nem a prisão, nem o desaparecimento forçado, nem a tortura, nem a expulsão do trabalho conseguiram submeter-me ou mudar os meus princípios” – palavras que fazem parte da declaração de Aminetu, no dia 5 de Dezembro, após reunião da sua advogada com o chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha.

Aminetu Haidar, combatente saharauí pela paz, pelos direitos humanos e pelo direito do seu povo à autodeterminação regressou à sua família e à sua pátria. Tal só foi possível, após 32 dias de greve de fome, iniciada no dia 16 de Novembro, que geraram, um pouco por todo o mundo, uma onda de solidariedade, com ela e com o seu povo, que forçaram Marrocos a permitir o seu regresso.

Apesar de gravemente debilitada, Aminetu – que já esteve em Portugal, em 2007, em conferências organizadas conjuntamente pelos eurodeputados Miguel Portas e Ana Gomes – prometeu continuar a lutar até ao fim pela causa do seu povo e pela sua pátria: a República Árabe Saharaui Democrática (RASD), cujo território está ocupado, em grande parte, pelo reino de Marrocos.

Marrocos que continua a recusar-se a cooperar com o processo de descolonização no Sahara Ocidental, desafiando mais de 100 resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), que insistem no direito à autodeterminação do povo saharauí, a viver em condições de vida muito precárias, em acampamentos de refugiados, mas com a dignidade própria dos que lutam e reivindicam o legítimo direito de viver num país livre. Foi, aliás, o que pôde constatar a delegação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) que, em Abril, participou numa missão de solidariedade à RASD [ver «Jornal da Fenprof», n.ºs 233 e 234, de Maio e Julho].

Nenhum Estado do mundo reconheceu a anexação marroquina. No entanto, a União Europeia está a pagar anualmente milhões de dólares ao governo de Marrocos para que os barcos dos Estados-membros possam pescar em águas do Sahara Ocidental. Segundo a ONU, os recursos naturais do território não podem ser explorados sem a consideração dos desejos e interesses do povo saharauí.

Neste contexto, pactuar com Marrocos na exploração dos recursos naturais do Sahara Ocidental é profundamente imoral e compromete claramente os esforços da ONU para encontrar uma solução pacífica para o conflito.

Agir contra a indiferença

O direito do povo saharauí ao referendo e à autodeterminação; a liberdade de opinião, manifestação e reunião nos territórios ilegalmente ocupados por Marrocos; a defesa dos direitos humanos e a libertação de todos os presos políticos saharauís; o regozijo com a vitória de Aminetu – a vitória do Direito, da Justiça e da Opinião Pública internacional – foram os motivos que levaram uma representação portuguesa, constituída por membros de diversos partidos e juventudes partidárias, organizações sindicais (CGTP-IN e Fenprof), activistas da solidariedade com a luta saharauí pelo direito à autodeterminação, a participar na *Concentração Ibérica de Regozijo* com a vitória de Aminetu, que se realizou em Madrid, no dia 19 de Dezembro.

O voto de solidariedade com a activista saharauí, aprovado na Assembleia da República em 26 de Novembro, e o modo como Portugal conduziu o processo de descolonização de Timor – reivindicado por muitos dos participantes como exemplo a seguir por Espanha –, a par da nossa presença nesta jornada de luta e de solidariedade, foram factores que contribuíram para o modo como a representação portuguesa foi calorosamente acolhida e que, de algum modo, nos responsabiliza.

Não podemos, pois, deixar cair no esquecimento a causa do povo saharauí. Todos podemos dar um contributo. Eu, como milhares de pessoas, já assinei a petição “*Diz não à pesca ilegal no Sahara ocupado*” [<http://www.fishelsewhere.eu>]

Todos podemos fazê-lo! ►

HB





Índice de legislação

NOVEMBRO

I Série

23. Declaração de Rectificação 86/09

Rectifica o Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que no uso de autorização legislativa, altera o Código de Processo de Trabalho.

II Série

26. Resolução 24/09

Exonera e nomeia os governadores civis.

26. Despacho 25.931/09

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015).

27. Despacho 26.012/09

Delega na ministra do Trabalho e da Solidariedade Social a competência para presidir à Comissão Permanente de Concertação Social.

30. Despacho 26.104/09

Renova as comissões de serviço de vários titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau.

30. Despacho 26.105/09

Nomeia António de Oliveira Leite para o cargo de Director Regional de Educação do Norte.

30. Despacho 26.148/09

Nomeia Ema Paula Morais Gonçalves para o cargo de directora-adjunta da Direcção Regional de Educação do Norte.

30. Despacho 26.149/09

Nomeia Manuel da Silva Oliveira para o cargo de director regional-adjunto da Direcção Regional de Educação do Norte.

DEZEMBRO

II Série

02. Despacho 26.247/09

Nomeia José Manuel Lucas Pascoal para o cargo de secretário-geral adjunto do Ministério da Educação.

04. Resolução 25/09

Delega na ministra da Educação a competência para a prática de todos os actos a realizar no âmbito dos procedimentos abertos através das resoluções de Conselho de Ministros adoptadas no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.

04. Declaração 414/09

Listagem das transferências efectuadas pelos organismos do Ministério da Educação no primeiro semestre de 2009 (em cumprimento do art.º 1.º da Lei n.º 26/1994, de 19 de Agosto).

14. Despacho 26.802/09

Nomeia Maria Luísa Ferreira Araújo para exercer o cargo de directora-geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

14. Despacho 26.803/09

Nomeia Mário Agostinho Alves Perera para exercer o cargo de director-geral dos Recursos Humanos da Educação.

14. Despacho 26.804/09

Nomeia Maria Alexandra Castanheira Rufino Marques para o cargo de directora-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

14. Despacho 26.805/09

Nomeia Jorge Adelino Rodrigues da Costa para exercer o cargo de presidente do Conselho Científico para Avaliação de Professores do Ministério da Educação.

Sindicato dos Professores do Norte

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS

27 de Janeiro de 2010

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 27 de Janeiro de 2010, com início às 16h30, a realizar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das Delegações, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do SPN para 2010

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 21 de Dezembro de 2009.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Brito Jorge

Direitos da Criança

têm 20 anos

“A convenção veio transformar a maneira como as crianças são vistas e tratadas em todo o mundo”, considera a directora executiva do UNICEF, Ann M. Veneman, salientando que é o “tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado da História” (193 países).

A CDC articula um conjunto de direitos universais das crianças – tais como o direito à identidade, nome e nacionalidade, à educação e aos melhores padrões de saúde possíveis, protecção contra abusos e exploração... – que assentam em quatro princípios fundamentais: não discriminação; interesse superior das crianças primacial em questões que as afectam; direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento; e respeito pela opinião da criança.

O relatório do UNICEF [acrónimo da designação original: United Nations International Children’s Emergency Fund] refere progressos consideráveis já alcançados. Mas, ainda assim, os direitos da criança estão longe de estar garantidos. “É inaceitável que as crianças continuem a morrer de causas evitáveis, como a pneumonia, malária, sarampo e má nutrição”, considera Veneman, salientando também que “muitas crianças não sabem o que é uma sala de aula e milhões de crianças não estão protegidas contra a violência, os abusos, a exploração, a discriminação e a negligência”.

Em Portugal, o UNICEF assinalou a efeméride numa sessão presidida por Jorge Sampaio, em que participaram alguns jovens que deram testemunho da importância da convenção nas suas vidas.

Progressos e desafios

Na apresentação do relatório, Catarina Albuquerque sublinhou a importância da convenção como um verdadeiro instrumento de mudança que tem permitido às crianças saírem da sombra e do esquecimento. Para a consultora do Comité Português para os Direitos da Criança, com a CDC, “as crianças passaram a ser sujeitos de direitos”, cuja realização não é uma questão de opção, mas “uma obrigação dos Estados”.

Reflectindo origens e percursos diferenciados, os jovens que participaram na sessão destacaram os progressos suscitados pela CDC em Portugal, bem como alguns dos problemas e desafios que persistem. Para Alice Rebelo, alentejana, “o aumento do acesso à educação, bem como a criação de mecanismos de apoio social ao nível dos transportes e da alimentação, contribuiu para uma maior socialização das crianças e para reduzir as disparidades entre os meios rurais e urbanos”.

“O abandono escolar em meios desfavorecidos, o desinteresse e a falta de capacidade de alguns pais para acompanharem os filhos e a desigualdade de oportunidades das crianças, sobretudo das que não têm uma habitação condigna”, foram alguns dos factores negativos destacados pela cabo-verdiana Eneida Martins, a residir em Portugal desde os quatro anos.

Sublinhando a importância da CDC “como instrumento que tem contribuído para a crescente valorização da criança como sujeito de direitos”, o lisboeta João Carvalho referiu “a necessidade de uma maior participação das crianças como elemento fundamental para a democracia e para o exercício da cidadania”.

“Se não forem incentivadas a participar desde pequenas, não é dos 17 para os 18 anos que as crianças vão perceber o que é ser cidadão, o que é participar ou votar”, considerou também Rita Sobral, enquanto Gália Neto se referiu à situação das crianças em Angola, onde nasceu, salientando as elevadas taxas de mortalidade infantil devidas a problemas como a tuberculose, a malária e a má nutrição. ▶

Assinalando o 20º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adoptada em 20 de Novembro de 1989, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) dedica uma edição especial do relatório «Situação Mundial da Infância» aos direitos da criança, dando conta do impacte da convenção e dos desafios que continuam por cumprir.





“Criança é todo o ser humano menor de 18 anos”. A Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia-Geral da ONU, em 20 de Novembro de 1989, é o tratado de direitos humanos mais amplamente aceito no mundo. Celebra a infância e transpõe para a legislação internacional os direitos devidos a cada criança. [Art. 1º]

As crianças devem ser tratadas “sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião” ou de qualquer outra situação. [Art. 2º]



“Em todas as decisões relativas a crianças (...) o interesse superior da criança será tido primordialmente em conta”. [Art. 3º]

“A criança tem o direito inerente à vida (...) à sobrevivência e ao desenvolvimento”. [Art. 6º]



Os Estados Partes “respeitam as (...) responsabilidades, direitos e deveres dos pais [e reconhecem que] ambos os pais têm responsabilidades comuns na educação e no desenvolvimento da criança”. [Art. 5º e 18º]



unicef 



“A criança deve ser registrada imediatamente após o nascimento e (...) tem o direito a um nome, a adquirir uma nacionalidade [e] a preservar a sua identidade”. [Art. 7º e 8º]

“A criança não deve ser separada de seus pais contra a vontade destes” e tem o direito de deixar qualquer país e entrar no seu “com o fim de reunificação familiar”. [Art. 9º e 10º]



“Nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada (...) nem a ofensas à sua honra e reputação”. [Art. 16º]

“A criança com capacidade de discernimento [tem] o direito de exprimir livremente a sua opinião [e] o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião”. [Art. 12º e 14º]



Os Estados devem assegurar “uma protecção alternativa” à criança “privada do seu ambiente familiar” de acordo com “o interesse superior da criança...”. [Art. 20º e 21º]



“As crianças devem ser protegidas de (...) maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrarem sob a guarda de seus pais ou de um deles”. [Art. 19º]

“A criança que requeira o estatuto de refugiado ou que seja considerada refugiado” deve beneficiar “de adequada protecção e assistência humanitária”. [Art. 22º]



Todas as crianças têm o direito “a gozar do melhor estado de saúde possível”, incluindo o acesso a “cuidados de saúde primários, alimentos nutritivos [e] água potável”. [Art. 24º]

“Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente, em condições que garantam a sua dignidade”. [Art. 23º]



Os Estados Partes devem reconhecer “o direito da criança à educação”, a fim de “promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos dons e aptidões mentais e físicas” [Art. 28º e 29º]

Toda a criança tem “o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”. Desde a adopção da Convenção, os países têm criado leis nacionais para a pôr em prática. [Art. 27º]

Nenhuma criança pertencente a uma população indígena ou minoria étnica “poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua”. [Art. 30º]



Os Estados Partes reconhecem o direito da criança “ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprios da sua idade”. [Art. 31º]



“Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais”. [Art. 34º]

A criança deve ser “protegida contra a exploração económica ou sujeição a trabalhos perigosos” e “contra todas as formas de exploração” [Art. 32º e 36º]



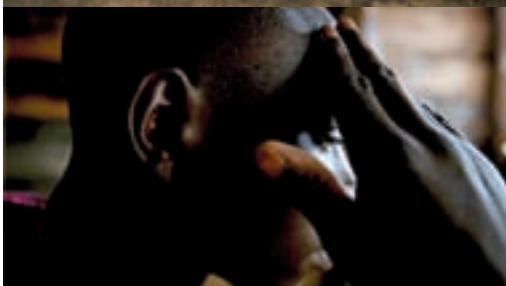
Os Estados Partes devem “proteger as crianças contra o consumo ilícito de estupefacientes (...) e prevenir a sua utilização na produção e no tráfico de tais substâncias”. [Art. 33º]

direitos da criança



Os Estados Partes devem tomar “todas as medidas adequadas (...) para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma”. [Art. 35º]

O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis protege “a privacidade e identidade das crianças vítimas”



“Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes [nem] privada de liberdade de forma ilegal ou arbitrária” [Art. 37º]



A criança suspeita, acusada ou reconhecida como culpada tem direito “a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor (...) e que tenha em conta a sua idade” [Art. 40º]



Segundo o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, todos os grupos armados devem assegurar que todas as pessoas “que não atingiram a idade de 18 anos não participam directamente nas hostilidades”.

A fim de examinar os progressos realizados pelos Estados relativamente à aplicação prática da convenção “é instituído um Comité dos Direitos da Criança”, ao qual o UNICEF e outras organizações (ONU) podem prestar apoio técnico. Art. 43º e 45º]



Mais uma escapadela dos aposentados do SPN

Impressões açorianas

S. Miguel, a ilha verde. Verde nos prados que se estendem até ao mar, ou sobem em doces colinas arredondadas, ou trepam pelas encostas das montanhas. Não há pedra a dividir os campos, mas hortênsias, que nesta época do ano (estamos em Dezembro) não têm flores. Vacas malhadas de preto e branco pintam a paisagem.

À medida que o barco vai vencendo a distância entre o Faial e o Pico, o maciço imponente do cone vulcânico, em contra-luz, vai-se impondo aos nossos olhos. Um cone que só não é perfeito porque no topo tem uma espécie de pirâmide a que os picarotos chamam Piquinho. A costa sul é bastante recortada em pequenas baías, onde se anicha a maioria dos povoados, e sobe depois pelas encostas cheias de árvores de vários portes e vários tons. À medida que se sobe para o interior da ilha, desaparecem as casas.

Chegados à costa norte, temos diante de nós a ilha de S. Jorge: muito comprida, mas também muito estreita. A sua largura varia entre dois e oito quilómetros, apenas. À nossa frente, a vila de Velas que nos faz pensar na Margarida de “Mau Tempo no Canal”. Em mais de um lugar vimos a toponímia Mistérios e quisemos saber. Esta designação, que encontrámos também na Terceira, tem a ver com as erupções vulcânicas que periodicamente foram acontecendo e para as quais o povo não tinha explicação. Daí, Mistérios.

Aliás o vulcanismo é um fenómeno presente em todas as ilhas. E se em S. Miguel são as fumarolas e as crateras que nos fazem sentir a presença dessa ameaça, no Faial, no Pico e na Terceira, o fenómeno vulcânico é uma presença que nos acompanha por todo o lado.

Na Terceira, o discurso do guia era pautado pelas referências às crateras vulcânicas, às crises sísmicas e às condições geo-tectónicas da ilha. E também aqui as casas são diferentes. Enquanto nas outras ilhas as casas são brancas debruadas a negro, na Terceira, o rebordo das janelas e os cunhais são de cores variadas, que podem ir do roxo ao amarelo, do vermelho ao verde e ao violeta. Mas quando entramos em Angra, são as varandas das casas alinhadas ao longo das ruas que fazem o nosso espanto. Em ferro trabalhado, com os mais diversos recortes e arabescos, são de uma beleza de que os olhos não se cansam. Na Praia, que recorda a vitória dos liberais sobre os miguelistas, uma ampla baía abre-se sobre uma fiada de praias de areia fina, mas escura. A cidade espraia-se, ao longo da baía, branca e arejada.

E a essa cidade associa a pequena Horta, no Faial, também ela a nascer da baía, mas subindo pela encosta, com casas semeadas no meio da vegetação. Onde começam os campos? Onde acaba a cidade? ▶

Nota: O texto foi editado e encurtado. A versão original e integral pode ser acedida nos complementos on line da revista (www.spn.pt).

Manuela Cunha

Carências educativas em Portugal

O estudo, realizado pelo Conselho Nacional de Educação, analisa dados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), patrocinado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

No que toca às habilitações literárias dos portugueses que tinham entre 25-64 anos em 2005, o 9º ano era o máximo a que tinham chegado três quartos dessa população, o que coloca Portugal no grupo dos países mais atrasados, como México, Brasil ou Turquia.

Comparando com outros países europeus, Portugal fica muito atrás: na Dinamarca, por exemplo, apenas um por cento da população activa tinha em 2005 habilitações abaixo do 6º ano (em Portugal, 59%), enquanto 50% concluiu o Ensino Secundário (em Portugal, não passa dos 13%).

“As habilitações portuguesas ao nível dos seus parceiros da OCDE só são comparáveis com países que se situam fora da Europa”, refere o relatório, acrescentando que entre 1960-2005 é “pelo menos decepcionante” o ritmo a que aumentou a taxa de escolarização da população.

Contudo, no meio de um quadro geral muito negativo da evolução da educação no século XX, Portugal pode ainda ter alguma esperança, sugere o relatório, que olha para os “resultados nos testes escolares a Ciências, Matemática e Leitura dos filhos da mão-de-obra activa portuguesa” para dizer que “estão a caminhar mais depressa do que a média da OCDE”.

“Pode estar a emergir perante os nossos olhos um padrão de crescimento convergente”, referem as conclusões do relatório, que destaca a importância de prudência na comparação de estatísticas, mas aponta como factores positivos a “ajuda dos professores e os investimentos feitos na educação de forma sustentada desde o início da década de noventa”.

Estudo aponta Portugal como um dos países com piores resultados de educação na população activa, comparáveis com os dos países considerados mais atrasados, situados fora da Europa.

Educação primária alargada, professor generalista

Numa comparação entre os resultados dos alunos de vários países da OCDE em testes de Ciências, Matemática e Leitura realizados em 2006, Portugal, embora não esteja nos lugares cimeiros (ocupados por países como a Finlândia, Coreia do Sul ou Canadá), já se aproxima mais de países europeus como a Itália ou Luxemburgo.

Olhando para a prática de outros países, os responsáveis pelo relatório indicam que as políticas educativas seguidas professam quase todas a importância dos primeiros anos de escolaridade e destacam que o ciclo da educação primária é, em países como o Reino Unido, Irlanda ou Japão, de seis anos, com um único professor generalista. Na definição de currículos escolares, as práticas de outros países analisados centram-se na “definição de metas de aprendizagem e o destaque dos tópicos mais importantes no sentido de evitar abordagens superficiais”.

Um aspecto que o relatório identifica como carecendo de estudo é a retenção dos alunos no mesmo ano, na qual “Portugal apresenta ainda níveis demasiado elevados comparativamente com outros países desenvolvidos”, reportando-se a dados dos anos 2000, 2003 e 2006. “Comparativamente com Espanha, Irlanda e Japão, Portugal é o país onde existe maior proporção de alunos que ficaram retidos no mesmo ano de escolaridade mais do que uma vez”, frisa o relatório. ▀

CGTP considera inaceitável e imoral

Parte do salário mínimo pago com dinheiro da Segurança Social

“Ao propor para 2010 a redução de 1% da taxa social única na parte a cargo das entidades patronais que tiveram trabalhadores ao seu serviço a receber o salário mínimo nacional em 2009, o Governo reduz as receitas do sistema previdencial da Segurança Social em 30 milhões de euros, não estando contabilizados os efeitos da Administração Pública”.

O alerta é da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), que considera de todo inaceitável e imoral que o Governo tenha que pagar parte do salário mínimo nacional às entidades patronais com as contribuições do sistema previdencial.

“Uma vez mais, recorre-se à Segurança Social para financiar as empresas”, regista a central em comunicado, acrescentando: “Ainda recentemente, as entidades patronais foram financiadas em dezenas de milhões de euros do regime contributivo, com a utilização do *lay-off*, em muitos dos casos escudando-se na crise para não terem de pagar os salários devidos aos trabalhadores”.

Entretanto, esclarece ainda a CGTP, “as dívidas do patronato ao regime previdencial da Segurança Social têm vindo a aumentar no período de 2005 a 2008; cresceram em 2 mil e 691 milhões de euros, o que demonstra a ineficiência do Governo no combate às dívidas patronais para com a Segurança Social. Tendo estas dívidas impactos muito significativas sobre a sua sustentabilidade”.

Depois de sublinhar que “no código contributivo, a oferta que está prevista para o patronato só num ano era de mais 380 milhões de euros, pelo efeito da redução de 1%, na parte contributiva a cargo das entidades patronais que tivessem trabalhadores efectivos”, a Intersindical recorda que as contribuições para a Segurança Social têm uma finalidade concreta, que é substituir os rendimentos dos trabalhadores quando estes se reformam ou são atingidos por riscos sociais, como o desemprego.

“Por isso, é de todo imoral que se delapide este património. Nem o Governo nem as entidades patronais têm o direito de usar o dinheiro que é pertença dos trabalhadores”, conclui a *Inter*, contrapondo: “Para com os trabalhadores, o Governo já não tem a mesma atitude; quanto à protecção aos desempregados, as medidas têm sido a conta-gotas, e é depois de muito serem reclamadas, mas continuam a ser insuficientes, dado que há muitos beneficiários sem protecção”.

A concluir, a CGTP-IN reafirma que “não é aceitável que as empresas sejam financiadas pelo regime previdencial da Segurança Social, pondo em risco o principal instrumento de solidariedade dos trabalhadores.”



Administração Pública vai voltar à rua

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública decidiu marcar para 5 de Fevereiro uma manifestação nacional. Os trabalhadores do sector não podem ser o *bode expiatório* das desastrosas políticas de sucessivos Governos, com ou sem maioria absoluta, e não aceitam continuar a pagar a crise.

As organizações representativas dos trabalhadores exigem salários e pensões dignos, com reposição do poder de compra perdido, e um conjunto de reivindicações que envolvem a valorização das funções sociais do Estado e a estabilidade profissional de quem assegura serviços fundamentais para a população e para o desenvolvimento do país.

Além da voltar ao protesto de rua, a Administração Pública vai realizar uma vigília frente à Assembleia da República, durante uma semana, no período de discussão e votação do Orçamento de Estado, que se prevê para o mês de Março.

Outra iniciativa tomada pela FC aponta para o lançamento de uma campanha de informação da opinião pública sobre os objectivos dos trabalhadores, durante o primeiro semestre de 2010, designadamente com distribuição de jornais, comunicados, tarjetas e colocação de faixas em todo o país.

Recuperação do poder de compra na ordem do dia

A *Proposta Reivindicativa Comum*, discutida e aprovada na Cimeira de Sindicatos da Administração Pública, em 20 de Novembro, salientou a necessidade de recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Uma recuperação que se defende gradual, mas sustentada no princípio de que os trabalhadores não podem continuar a pagar o défice que resulta de políticas erradas de destruição do sector público.

Para a Frente Comum, é fundamental que os trabalhadores do Estado tenham uma actualização salarial acima da inflação e num valor que permita atenuar as sucessivas perdas verificadas nos últimos 10 anos. Recorde-se que apenas em 2009 – ano de eleições sob forte contestação social – o Governo aumentou os salários num nível que permitiu aliviar a forte pressão existente sobre estes trabalhadores.

A Cimeira da Frente Comum justificou, desta forma, a proposta de aumento que entregará ao Governo, num ano em que se prevê o fim da tendência deflacionista, mas a manutenção de enormes dificuldades. Os professores e educadores de infância, foram dos mais penalizados nestes anos (2000-2009), perdendo cerca de 11% do poder de compra.

Nesta perspectiva, a Frente Comum defende um aumento de 4,5% nos salários, um subsídio de refeição de 6,50€, a contagem integral do tempo de serviço retirado aos trabalhadores entre 2005 e 2007 e o aumento das comparticipações de ADSE em 10%. Preconiza, também, a actualização dos escalões de IRS, de forma a evitar o agravamento da situação fiscal dos trabalhadores.

Plenário em Janeiro

No seguimento de uma proposta do Secretariado da FC, considerou-se que o desenvolvimento de um processo de luta em torno destas questões poderá ser inevitável, tendo em conta que, a manter-se o que tem sido anunciado pelo Governo, 2010 poderá ser um ano de novo agravamento das condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública e das suas famílias.

Assim, aquando do fecho desta edição, confirmava-se a realização de um plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais, na primeira semana útil de Janeiro, e a necessidade de colocar à discussão entre os trabalhadores a realização de uma Acção Nacional de Luta, em moldes a definir, em princípio para a segunda quinzena, altura previsível da discussão do Orçamento de Estado, na Assembleia da República. ►

José Paulo Oliveira
jornalista

A universidade por um mundo melhor

A formação universitária de profissionais da educação para diferentes áreas do conhecimento, as questões do financiamento e o papel da Ciência, da Tecnologia e da inovação na construção de sociedades mais justas, são alguns dos temas centrais do Universidade'2010, que decorrerá de 8 a 12 de Fevereiro, no Palácio das Convenções, em Havana.

O Congresso Internacional de Ensino Superior, que vai na sétima edição, promete um diversificado conjunto de actividades, incluindo lançamento de publicações especializadas, cursos, visitas guiadas, exposições temáticas, 14 ateliers internacionais e várias conferências.

Muitas das preocupações que marcaram a Conferência Mundial de Educação Superior, realizada em Paris, em Julho, serão levantadas no congresso de Havana. Subordinada ao lema geral "A nova dinâmica da educação superior", a conferência promovida pela UNESCO fez um balanço das mudanças ocorridas na educação superior e na pesquisa científica desde 1998 e deixou um conjunto de perspectivas e de propostas para a dinamização do Ensino Superior e da investigação.



Cooperação entre instituições

Os paradigmas actuais da pedagogia universitária, o compromisso social das universidades e o seu papel no desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural e a construção de uma cultura de paz, a par das estratégias de cooperação entre as instituições universitárias e de investigação científica de todo o Mundo, são outros temas em destaque na vasta programação do Universidade'2010, que reunirá docentes, investigadores, estudantes, e responsáveis de instituições, entidades e sectores relacionados com a Ciência, a Tecnologia e o Ensino Superior de diferentes países.

Os desafios da gestão e administração das instituições e a educação ao longo da vida estarão também no centro dos debates do congresso, que tem como lema "A Universidade por um Mundo melhor".

Nota: Os interessados em participar no Universidade'2010 devem contactar Elizabeth Rodrigues (914 160 385), que dará todos os pormenores sobre os programas completos disponíveis (viagens aéreas, alojamento, transporte de/para o hotel e para as sessões do congresso, assistência, etc.), com partida a 7 de Fevereiro (Lisboa-Madrid-Havana). ▶

Não basta Copenhaga

As clivagens entre países ricos e países pobres estiveram sempre presentes, e pareciam intensificar-se à medida que a cimeira decorria, sendo cada vez mais os que acreditavam que apenas seria possível chegar-se a um “acordo político minimalista”. A ter sido assim, a redução significativa das emissões de GEE para travar o aquecimento do planeta ter-se-á transformado numa miragem.

A tensão e a discórdia caracterizavam o ambiente em que as delegações dos 192 países participantes na Cimeira do Clima (que decorreu entre 7 e 18 de Dezembro) tentavam ainda, aquando do fecho desta edição, alcançar um acordo “legalmente vinculativo” capaz de substituir o Protocolo de Quioto, que expira em 2012.

Discutido e negociado em 1997 e ratificado a 15 de Março de 1999, o Protocolo de Quioto só entrou em vigor em 16 de Fevereiro de 2005. Para tal, foi necessário que 55% dos países, que, no seu conjunto, produziam 55% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), o ratificassem. A Rússia fê-lo só em Novembro de 2004 e os Estados Unidos nunca o ratificaram, alegando o ex-presidente George W. Bush que os compromissos acarretados por tal protocolo interfeririam negativamente na economia norte-americana.

Não foi a primeira vez que os Estados Unidos, em nome da pretendida “superioridade” do seu modelo de sociedade e da sua “segurança” (frequentemente identificada com a “segurança mundial”), praticaram a política do unilateralismo imperial, aplicando o princípio da não negociabilidade das suas escolhas políticas e do seu modo de vida. Já George Bush (pai), em 1992, se tinha recusado a participar na primeira Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento e Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, com a justificação de que “o modo de vida americano não é negociável”.

É a política do *America first* que, na opinião de Riccardo Petrella («Le Monde Diplomatique», edição portuguesa, Dezembro/ 2009), constitui um factor ainda mais bloqueante do que o *market first* na procura de soluções que permitam salvar a Terra das consequências do aquecimento global.

São necessárias outras atitudes

Se os países industrializados persistirem num modelo de desenvolvimento determinado pela lógica do *market first*, se os governantes dos países do Sul, que apresentam o ingresso no Primeiro Mundo como o passaporte que nos faz a todos ricos e felizes – na opinião de Eduardo Galeano estão a “cometer o delito de apologia do crime” (*Cuatro frases que hacen crecer la nariz de Pinochio*) – é a sobrevivência do planeta que está em causa.

Não basta financiar os países mais pobres para que possam adaptar-se às alterações climáticas e para reduzirem as suas emissões poluentes. Não basta que a cimeira de Copenhaga – que alguns consideram como a “cimeira que pode salvar o mundo” – adopte metas “legalmente obrigatórias” para a redução das emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global.

Harlem Bruntland, a médica que preside ao governo da Noruega, lembrou recentemente que se todos os 7 mil milhões de habitantes do planeta consumissem o mesmo que os dos países desenvolvidos do Ocidente, “fariam falta dez planetas como o nosso para satisfazer todas as necessidades”.

Não se pode, pois, encarar as catástrofes ecológicas, cada vez mais frequentes, dentro dos limites estritos da ecologia. É necessário, sim, adoptar outras atitudes perante o mundo – que é de todos nós e que urge salvar. ▀

HB



A avaliação dos professores

Abordar a avaliação dos professores é uma tarefa delicada. Efectivamente, um professor acha normal avaliar os outros, mas não gosta de ser avaliado. Mas, ainda que difícil, não é um tema de importância menor e a sua abordagem é útil, considera Jacques Lefèbvre [a partir de comunicação num workshop realizado em Kazanlak, na Bulgária, organizado pelas associações dos professores de Francês da Bélgica e da Bulgária].

A avaliação está na moda. Não é por isso que ela é, obrigatoriamente, má ou inútil. Nas empresas, em situação de concorrência, é necessário medir os desempenhos do pessoal e, para isso, há que encontrar avaliadores competentes, dotados de critérios válidos. Se é verdade que todo o trabalho merece um salário, admite-se, num sistema liberal, que um trabalho mais difícil ou de melhor qualidade merece um salário superior ao de um trabalho fácil ou mal executado.

Mas o professor, que gosta de ser único capitão a bordo ou que se refugia por trás do seu estatuto de funcionário nomeado vitaliciamente, não gosta que critiquem as suas práticas, sobretudo se essa crítica modificar a sua remuneração. É um julgamento a que não está habituado, que não faz parte da sua “cultura”, ao contrário do executivo que pretende progredir na hierarquia de uma multinacional, ou do desportista que quer atingir o mais alto nível na sua modalidade.

O cerne da questão é precisamente este: deve o ensino inscrever-se numa cultura de empresa e seguir as leis da concorrência?

Quando se classificam os alunos em função dos seus desempenhos, da resolução, mais ou menos brilhante, de uma prova, entra-se numa lógica de competição. Nesta perspectiva, os alunos adquirem o direito de reclamar que os professores sejam, também eles, avaliados em função dos seus desempenhos. Um aluno que pretende obter os melhores resultados não terá o direito de querer ser formado por um professor altamente competente, com um saber-fazer didáctico de excelência e com elevados conhecimentos da disciplina que lecciona?

Na minha opinião, a avaliação dos professores coloca três questões: porquê avaliar? com base em que critérios e que indicadores? quem, na instituição, tem competência para avaliar os professores?

Porquê avaliar?

Esta questão suscita uma profunda reflexão e inúmeras respostas. No entanto, considerarei apenas um dos seus aspectos – os professores devem ser avaliados, antes de mais, para melhorarem os seus comportamentos pedagógicos e didácticos.

Neste sentido, impõe-se uma avaliação essencialmente diagnóstica e formativa, conducente a formações que ajudem o professor a fazer face às novas exigências da sua profissão: formação científica (evolução da disciplina) e formação pedagógica e didáctica (evolução dos métodos). Nesta perspectiva, a avaliação não é encarada como uma sanção, mas sim como a fase inicial de uma nova partida.

Critérios e indicadores

Primeiro, a avaliação incidia em dois grandes domínios: a competência científica, que se manifestava na solidez e na precisão do conteúdo das aulas, e a competência pedagógica, ou seja, o *saber ensinar*.

Mas as coisas complicaram-se. Descobriu-se que saber ensinar não é o mesmo para o professor de línguas e para o professor de Matemática e que há diferenças entre o que se espera de um professor de Francês e de um de Búlgaro e, mesmo, entre um professor de Francês-língua materna (FLM) e um de Francês-língua estrangeira (FLE) ou entre um professor de FLE na Bulgária ou na Itália... Tudo isto demonstrado pela Didáctica.



foto AR

A complexidade da avaliação do professor é agravada pelo envolvimento de competências que ultrapassam a esfera do ensino, mas que são, hoje, indispensáveis. Referimo-nos à detecção de problemas mentais ou psicológicos importantes (tais como a dislexia, a disortografia, as tendências depressivas, etc.), à gestão de conflitos e da violência, à animação de grupos, à utilização de material multimédia. Tudo tendo sempre presente uma evidência inegável – não há um professor perfeito!

A competência científica, sobretudo o domínio dos saberes indispensáveis ao ensino de determinada disciplina é, em princípio, avaliada no fim da formação inicial.

Este é um problema que se coloca ao longo do tempo e que se relaciona, evidentemente, com a renovação do conhecimento. Trata-se, então, de facultar aos professores uma *formação contínua*, a que, vulgarmente, se chama reciclagem. Admitido este princípio de necessidade de formação contínua, resta apenas fixar as modalidades: gratuidade? organização pelo Estado? frequência? certificação?

As acções de formação são, por vezes, escolhidas pelos professores e não se verifica a assimilação dos novos conhecimentos nem se estes podem ser postos em prática. Coloca-se, então, a questão da eficácia da formação.

Além disso, tenho algumas dúvidas sobre a fiabilidade da avaliação em fim de formação inicial quando incide sobre competências pedagógicas e didácticas. Muitos estudantes com sucesso nas provas teóricas e práticas de didáctica revelam dificuldades, no exercício da sua profissão, perante uma turma real. Muitos adquirem estas competências em exercício. Outros nunca as adquirem. **[ver página 27]**

Quem deverá avaliar?

1. Não seremos nós, professores, os primeiros a avaliarmo-nos? Nós próprios ou com a ajuda de colegas, com quem partilhamos a preparação de aulas, ou até mesmo dos alunos. Evidentemente, este trabalho só terá valor se realizado com lealdade e confiança.

Neste tipo de auto-avaliação ou de avaliação pelos pares é difícil evitar dois entraves: um excesso de severidade consigo próprio e um excesso de indulgência com colegas que achamos mais frágeis ou que não queremos aborrecer. É útil, no caso de uma supervisão colectiva, beneficiar de um elemento exterior, de preferência, dotado de competências pedagógicas e psicológicas.

Para objectivar a auto-avaliação podem colocar-se questões tão simples como: No final de uma aula, que competência desenvolvi nos meus alunos, que problema específico os ajudei a resolver? Se coloquei questões, quantos alunos responderam? Se pretendi criar interacção, com quem falou determinado aluno? Se ensinei temas que a mim me parecem apaixonantes, consegui “prender” os alunos? Perdi de vista o objectivo da aula? Utilizei métodos e uma língua adaptados e eficazes? Tive a resposta esperada? Olhei para os rostos dos alunos para me aperceber se me compreenderam, se estavam tensos ou à vontade? Dei-lhes modelos do comportamento ensinado? Mantive um espírito construtivo?

Ou, de forma mais precisa: Enunciei claramente o assunto da aula? Especifiquei os objectivos a atingir? Operacionalizei esses objectivos? Dei-lhe oportunidade de concretizar as aprendizagens? Geri bem o meu tempo? Mantive o plano da aula?

E do ponto de vista dos alunos, após um determinado período de tempo, em determinado domínio: regrediram, confundiram, ajustaram comportamentos anteriores, inovaram? +

2. Há outras avaliações, além da do inspector? Na maioria das escolas, o director assiste a algumas aulas, sobretudo de jovens professores. Há que atender a que a sua presença falseia certos dados. A atitude dos alunos não é a mesma e o professor, se for avisado da visita, tem tempo de preparar a aula de forma mais cuidada. A visita-surpresa tem o inconveniente de ser feita num momento inoportuno – numa hora de teste, por exemplo. Além disso, o director é ainda professor ou apenas um administrativo? Se tem certas competências pedagógicas, não terá necessariamente as competências didácticas, por ter ensinado, ou ensinar, uma disciplina diferente. Ele não pode ser o único a avaliar o professor, tanto mais que a relação director-professor, seja boa ou má, pode influenciar o seu julgamento.

3. Alguns sistemas de ensino têm “conselheiros” que dão apoio científico, pedagógico e didáctico, podem assistir a aulas, pedir preparações de aulas, mas não têm uma função de controlo. Podem beneficiar de um capital de confiança e de simpatia por parte do professor, sobretudo se forem também eles professores durante uma parte do seu tempo.

4. O papel do inspector é muitas vezes múltiplo, o que exige uma grande lucidez e uma extrema integridade. A sua principal função é a de validar a qualidade científica, pedagógica e didáctica do professor e, assim, favorecer ou não a sua nomeação ou a progressão na carreira. Os critérios da inspecção são o respeito pelos programas e o saber-fazer pedagógico e didáctico. Além desta função, o inspector é muitas vezes chamado a colaborar na elaboração dos programas ou, pelo menos, consultado aquando desta elaboração. Enquanto detentor deste conhecimento, é-lhe também solicitado que redija manuais escolares e que dê formação. O seu poder é, portanto, múltiplo e importante.

5. Quanto aos resultados obtidos pelos alunos em provas como, por exemplo, o *baccalauréat*, será que permitem avaliar a prática dos professores ou a excelência de uma escola? Por um lado, é verdade que alunos mal preparados obtêm, normalmente, resultados medíocres neste tipo de provas. No entanto, alguns podem ter procurado formação extra-escolar e ter adquirido competências para obter resultados positivos. Por outro lado, há também alunos a quem se dispensou um ensino de qualidade e que nada fizeram para o assimilar. E há sempre questões que ficam por responder quando alunos formados numa determinada instituição, ou por um determinado professor, obtêm resultados massivamente bons ou massivamente maus. Podem, também, afinar-se as coisas quando se conhece o comportamento geral de tal ou tal aluno.

Conclusão

A avaliação dos professores é um processo complexo, porque se, por um lado, emite um juízo sobre um desempenho que deve, em princípio, reflectir uma competência, ela é, por vezes, sentida como um juízo sobre a pessoa e conduz a uma sanção, ou financeira, ou de responsabilidades, ou facilidades laborais. A avaliação é, portanto, o exercício de um poder sobre a pessoa avaliada.

Por estas razões, a avaliação dos professores, como qualquer avaliação, deve exercer-se com o máximo de transparência e na base de critérios claramente definidos e, evidentemente, conhecidos pelo avaliado. Além disso, a avaliação deve partir de um encorajamento à evolução, à promoção da formação, ao bem dos alunos e da instituição, e não obedecer a objectivos de parcialidade.

Como a língua de Esopo, dependendo do modo como é praticada, a avaliação pode ser a melhor ou a pior das coisas.



foto AR

Indicadores de Lovaina e critérios de Kazanlak

Jacques Lefèbvre considera que alguns indicadores utilizados na avaliação dos estagiários da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) podem ser usados para a avaliação dos professores em exercício:

- O comportamento físico utilizado em determinados momentos da aula. A didáctica das línguas insiste cada vez mais na importância do não verbal e do infraverbal ou do paraverbal na comunicação. Quando os alunos precisam de sinais afectivos, como o encorajamento, ou a compreensão, por exemplo, é importante saber dominar os gestos e a mímica.
- A relação com o grupo e a gestão das interacções suscitadas pelo professor “animador”. Para encorajar o trabalho em equipa e fazer o aluno falar, não se pode optar por um ensino magistral, mas sim favorecer as interacções e o trabalho de grupo. Isto exige do professor competências específicas.
- O material didáctico, tendo em conta os limites por vezes impostos pela instituição e as competências dos alunos, por vezes superiores às do professor: informática, Internet, multimédia, etc.
- O domínio dos conteúdos ensinados. É, sem dúvida, o mais fácil de avaliar. No entanto, é preciso não descurar a evolução dos conhecimentos. No caso da Língua Francesa, por exemplo, é cada vez mais um francês pragmático que convém ensinar, se se pretende que o aluno se desenvençile num país francófono. Não deve esquecer-se, no entanto, a relação entre a língua e a cultura e, no seio desta última, o lugar da literatura.
- A metodologia. Este aspecto integra muitos elementos lúdicos (retém-se mais facilmente o que se aprende com prazer e aborda-se a matéria de forma positiva) e de interacção (os alunos, cujos conhecimentos de determinada língua estrangeira variam, podem ensinar-se mutuamente). Estas práticas são apoiadas pela Sociolinguística, por uma reflexão sobre a comunicação. O professor tem que ter sempre em conta as características das turmas – mais ou menos motivadas e activas, mais ou menos dissipadas...
- A colaboração com os colegas, a direcção, o coordenador de grupo. A colaboração com a pessoa que avaliará é sempre mais difícil, sobretudo quando se colocam questões relacionadas com a prática.
- O prognóstico de evolução, uma vez que a avaliação deve ser apenas formativa durante um período: porque o professor é jovem e inexperiente, ou porque tem de aplicar novos programas e/ou novos métodos com os quais não está ainda familiarizado.
- A reacção do professor à avaliação da sua prática. Uns encaram-na positivamente, distinguem rapidamente as suas falhas e orientam a sua progressão no sentido de as colmatar, outros limitam-se a defender-se ou a negar os progressos que devem fazer.

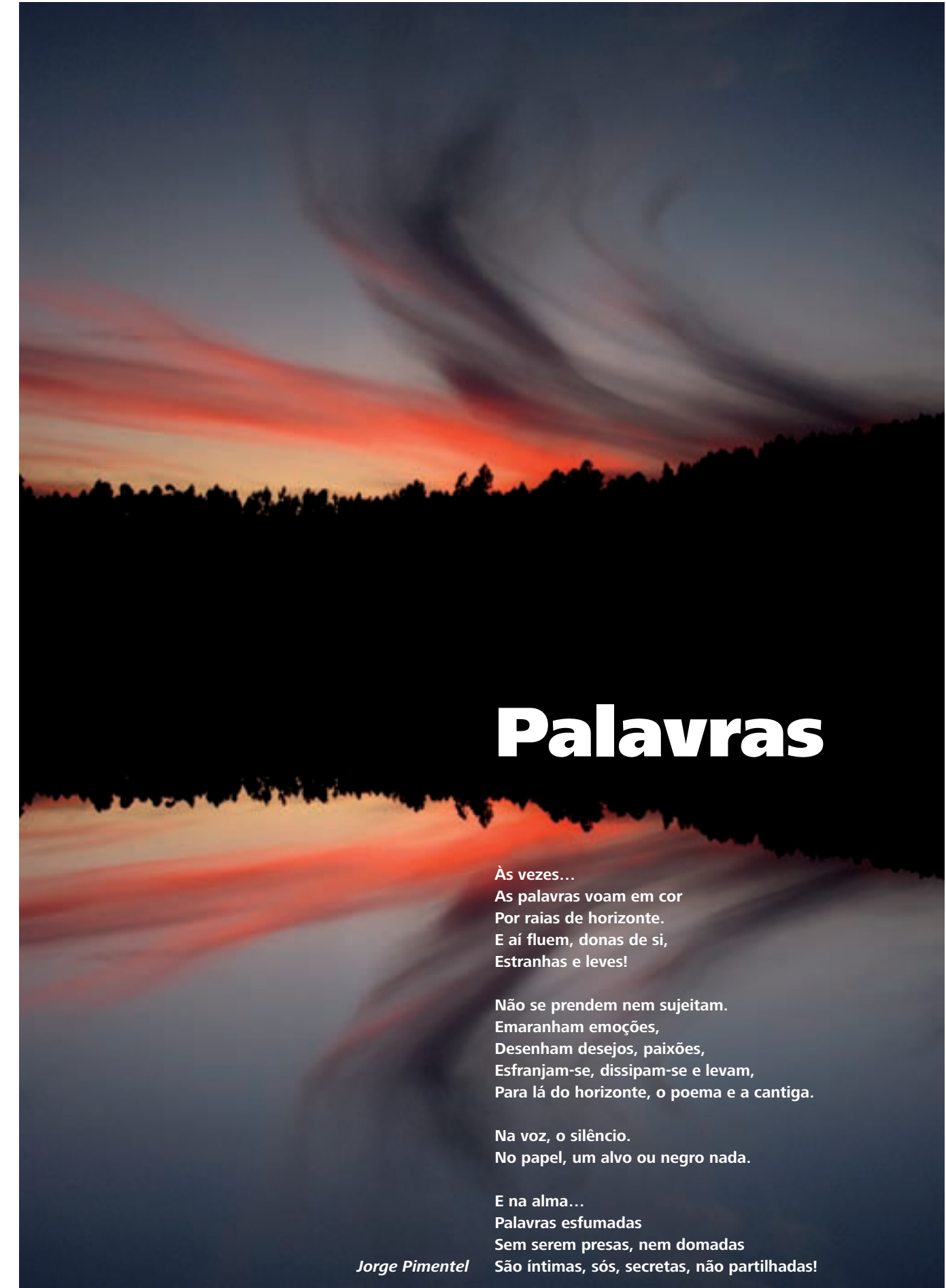
Relativamente aos critérios, e no decorrer das comunicações apresentadas no *workshop*, salienta quatro grupos, pelo respeito que lhes tenham os professores ou, ao contrário, porque tenham dificuldade em respeitá-los:

1. no domínio da pedagogia:

- a utilização de suportes adaptados e modernos, mas também de suportes tradicionais (como o quadro), porque o equipamento das escolas varia. Esta utilização exige uma formação técnica. A má utilização de um suporte pode minar o ensino;
- a criação de uma atmosfera de trabalho motivadora, através da utilização de diferentes métodos, de uma aula bem ritmada, do tratamento dos assuntos de forma a interessar os alunos;
- a gestão do tempo, o aumento do tempo de palavra, a facilitação das interacções, o trabalho de grupo. Isto exige também uma formação em gestão do grupo, a fim de ultrapassar a aula magistral ou o simples jogo de perguntas e respostas.

2. no domínio da didáctica do FLE: o recurso ocasional à língua materna, a adaptação da língua utilizada pelo professor ao nível do aluno; a utilização de linguagem não verbal na escuta activa e como suporte daquilo que se diz em língua estrangeira, neste caso em Francês. ►

Helena Miranda
tradução e adaptação



Palavras

Às vezes...
As palavras voam em cor
Por raias de horizonte.
E aí fluem, donas de si,
Estranhas e leves!

Não se prendem nem sujeitam.
Emaranham emoções,
Desenham desejos, paixões,
Esfranjam-se, dissipam-se e levam,
Para lá do horizonte, o poema e a cantiga.

Na voz, o silêncio.
No papel, um alvo ou negro nada.

E na alma...
Palavras esfumadas
Sem serem presas, nem domadas
São íntimas, sós, secretas, não partilhadas!

Jorge Pimentel



2010, odisseia na Casa da Música

Imagine o leitor que durante um ano tem à sua disposição, no Porto, o que de mais representativo se faz na Áustria em termos de música: clássica, contemporânea, jazz e pop-rock. Imagine ainda que se pretende comemorar, com qualidade, o 150º aniversário do genial compositor Gustav Mahler. E já agora, imagine também que a Orquestra Nacional do Porto preparou uma intervenção ambiciosa, com a interpretação da Integral das Sinfonias de Mahler...

Dito isto, basta acrescentar que esta é, em termos gerais, a aposta da Casa da Música para 2010. Pela quarta vez consecutiva, a instituição consagra um país-tema como "fio condutor da sua programação", apostando "numa intensa relação artística e educativa com compositores em residência" (a finlandesa Kaija Saariaho e o austríaco Wolfgang Mitterer), "que nos visitarão em diversas ocasiões ao longo do ano e enriquecerão quer o repertório dos nossos agrupamentos residentes, quer o plano curricular dos estudantes de composição da ESMAE, quer ainda o já considerável património de encomendas da Casa da Música".

O aniversário do nascimento de Mahler (em 2011 serão assinalados os cem anos da sua morte) "oferece ainda – falam os responsáveis da instituição – um contexto muito particular para que a Orquestra Nacional do Porto (ONP), no ano em que se perfaz 10 anos da formação sinfónica, mostre todo o seu potencial numa ambiciosa Integral das Sinfonias" de Mahler.

A ONP prepara também visitas obrigatórias à "Primeira Escola de Viena", cujos compositores – Mozart, Haydn e Beethoven – enriquecem qualquer programação de qualidade, o mesmo sucedendo com a "Segunda Escola", com abordagem a Schonberg, Webern e Alban Berg.

Mas porque a coragem da Orquestra Nacional do Porto vai mais longe, teremos ainda o privilégio de ouvir trabalhos imortais de Franz Krommer, Sigismund Neukomm, Hugo Wolf, Korngold, Zemlinski, Bruckner ou Franz Lehár.

Uma palavra especial, ainda, para as participações do Remix Ensemble ("que se propõe defender os mais significativos compositores austríacos do nosso tempo, desde o histórico F. Cerha aos mais jovens como Olga Neuwirth e Johannes Maria Staud", entre outros), do Coro da Casa da Música e da Orquestra Barroca da Casa da Música. E a propósito de barroco, Mozart e Haydn terão lugar especial neste projecto. ▮

José Paulo Oliveira,
jornalista



Buika e Tom Zé em Guimarães

Considerada por alguns como “uma combinação de Tina Turner, Lola Flores e Sarah Vaughan”, Concha Buika é sem dúvida uma das vozes femininas do momento. No Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, a cantora maiorquina deve subir ao palco com o seu mais recente trabalho discográfico – «El ultimo trago», um conjunto de canções originalmente interpretadas por Chavela Vargas e que Buika reinterpreta, acompanhada ao piano pelo cubano Chucho Valdés. Mas além do último trago, Buika vai certamente trazer muito mais – há ali muita música, muita voz, muito sentimento... Muita Buika.

Sábado, 16/Jan - 22h



Figura misteriosa e radical do movimento tropicalista, Tom Zé é indiscutivelmente um dos mais geniais compositores brasileiros. Com uma longa carreira, em que nunca se preocupou com o *mainstream*, Tom Zé esteve sempre na linha da frente da experimentação sonora, misturando, de forma irónica e alternativa, múltiplas referências musicais como o rock, a bossa nova e a música popular brasileira. No Vale Flor, segundo os promotores, vai apresentar um dos seus últimos trabalhos – «Estudando a Bossa: Nordeste Plaza».

Sábado, 23/Jan - 22h



Rui Veloso, 30 anos depois

Apareceu com ar de rock, em 1980, e logo nesse ano participou nos concertos dos Police e Steve Harley. Daí para cá, tornou-se um nome incontornável da música Portuguesa, com muitas canções conhecidas e trauteadas por muitos. Na **Casa das Artes de Famalicão**, dá início à comemoração dos 30 anos de carreira.

Sábado, 23/Jan - 21h30



A barca no Circo ou vice-versa?

“Será que a maledicência, o orgulho, a usura, a concupiscência, a venalidade, a petulância, o fundamentalismo, a inveja, a mesquinhez, o falso moralismo cristão têm entrada directa no Paraíso? Ou terão de passar pelo Purgatório? Ou vão directamente ao Inferno? E a pé, de pulo ou voo? Aliás, onde fica e como designamos o lugar onde estamos? E que Paraíso buscamos? Uma revisão da Companhia de Teatro de Braga, em demanda da modernidade sobre o texto vicentino e o prazer do jogo teatral. Um espectáculo sobre a nossa memória identitária” – Rui Madeira, encenador do “Auto da Barca do Inferno”

Theatro Circo, Braga – 19 a 21 de Janeiro

27º ANIVERSÁRIO DO SPN

Conforme a «SPN-Informação» dava conta na última edição, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) completou 27 anos de existência em Novembro. Assinalando a efeméride, a revista publicou um oportuno destacável contendo um conjunto de transcrições de manuscritos e intervenções de John Dewey – com destaque para um texto, raramente impresso, em que o pedagogo e pensador explicava *Por que sou membro do sindicato dos professores*.

Mas porque um aniversário é sempre uma oportunidade de celebrar e de revisitar memórias – para além, obviamente, de conviver –, a Direcção do Sindicato promoveu um sarau musical que constituiu, também, um momento de evocação de três destacados dirigentes já desaparecidos: Tozé Costa Carvalho, Adriano Teixeira de Sousa e José Paulo Serralheiro.

Para além da comovida evocação dos três camaradas pelos coordenadores Manuela Mendonça e Abel Macedo – que realçaram a importância dos seus contributos para a afirmação do SPN, mas também na luta pela dignificação da profissão e, consequentemente, pela qualidade do ensino –, subiram ao palco duas formações lideradas por dois professores, sócios do SPN.

A abrir a sessão, o Canto X – grupo de canto formado por professores de Ovar e dirigido por Guilhermino Monteiro – fundou a sua actuação com canções de Fernando Lopes-Graça, José Afonso e tradicionais, tendo dedicado aos três homenageados a peça «Jornada» com poema de José Gomes Ferreira e música de Fernando Lopes-Graça.

Após a projecção de um documentário que recuperou imagens e sons dos precocemente desaparecidos, com fundo musical de José Mário Branco, subiu ao palco do Fórum da Maia a filarmónica a Banda de Música da Portela (Vila Real), cujo maestro, Carlos Taveira, é coordenador da Distrital de Vila Real do SPN. Com um programa muito bem conseguido, a banda, formada por cerca de 70 músicos de todas as idades, chegou a empolgar a assistência (nomeadamente no final, com um tema de recorte futebolístico azul-e-branco) e brindou os homenageados com uma interessante marcha de composição “taveirense”, intitulada «Epopéia».

A fechar o dia, dezenas de sócios, amigos, funcionários e dirigentes do SPN reuniram-se à volta de uma mesa farta, preparando a chegada do bolo de aniversário:

PARABÉNS, SPN! ▶

António Baldaia





nesta edição

- a abrir
02. **As notícias do clima**
- editorial
03. **Juntos vamos conseguir**
- acção sindical
04. **Números fornecidos pelo ME confirmam situação insustentável**
06. **Propostas concretas, precisam-se!**
07. **SPN reuniu com nova DREN**
08. **AEC: prepotência, intimidação e ilegalidade**
10. **IE/Europa e CSEE mantêm estatutos**
11. **Aminetu regressou, mas a luta saharauí continua**
- em foco
13. **Direitos da Criança têm 20 anos**
- repórter spn
18. **Impressões açorianas**
- nacional
19. **Carências educativas em Portugal**
20. **Parte do salário mínimo pago com dinheiro da Segurança Social**
21. **Administração Pública vai voltar à rua**
- internacional
22. **A universidade por um mundo melhor**
23. **Não basta Copenhaga**
- vemos, ouvimos e lemos
24. **A avaliação dos professores**
27. **Indicadores de Lovaina e critérios de Kazanlak**
- narrativas
28. **Palavras**
- divulgação
29. **2010, odisseia na Casa da Música**
- apostas spn
30. **Buika e Tom Zé em Guimarães | Rui Veloso em Famalicão | Gil Vicente em Braga**
- a fechar
31. **27º aniversário do SPN**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXIV · II Série · N.º 35

Dezembro 2009 · 2 euros

spninfo@spn.pt

A SPN-Informação e a Direcção do Sindicato dos Professores do Norte desejam BOAS FESTAS a todos os educadores e professores e um 2010 repleto de sucessos pessoais e profissionais.